

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24



ATA

**135ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

29 de agosto de 2007
Brasília – DF

80 II – ABERTURA

81
82 Presidindo a Mesa, o Sr. Representante da Secretaria de Políticas do Ministério da
83 Previdência Social, João Donadon, abriu a 135ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
84 Previdência Social desejando bom dia a todos os presentes. Em seguida, comunicou que o
85 Sr. Ministro Luis Marinho não conduziria a reunião em função de compromissos já
86 assumidos, justificando ainda a ausência do Sr. Secretário de Políticas do MPS, Helmut
87 Schwarzer, que estaria participando de uma reunião com o Sr. Ministro. Em seguida, deu
88 início aos trabalhos do dia com os Informes Gerais.

89 III – EXPEDIENTE

90
91
92 **Informes gerais** - O Sr. Presidente informou aos Conselheiros sobre o Decreto 6.194 e da
93 sua publicação no dia 22 de agosto de 2007, tecendo comentários fundamentais sobre o
94 Decreto, objetivando permitir que os Membros deste Conselho tivessem os devidos
95 esclarecimentos sobre a nova estrutura que o Ministério da Previdência Social teria a partir
96 do Decreto 6.194, colocando ainda sobre o novo Departamento das Políticas e que o
97 mesmo conta agora com uma nova estrutura, o Departamento da Política da Saúde e
98 Segurança Ocupacional, a fim de dar mais operacionalidade nas questões da saúde e
99 segurança do trabalhador. Em relação ao exposto pelo Sr. Presidente, o conselheiro Sr.
100 Leonardo André Paixão manifestou-se parabenizando o Sr. Ministro Luiz Marinho e o
101 Conselho Nacional da Previdência pelas iniciativas tomadas em relação à segurança do
102 trabalhador. O Conselheiro João Cândido solicitou maiores esclarecimentos sobre o Decreto
103 6.194 e se o mesmo traria mudanças na área de atuação das gerências regionais. O Sr.
104 João Donadon esclareceu que o referido Decreto tratará da área regimental do Ministério da
105 Previdência Social, solicitando ao Presidente do INSS, o Senhor Marco Antonio de Oliveira
106 que prestasse os devidos esclarecimentos solicitados pelo Sr. João Cândido. O Sr. Marco
107 Antonio de Oliveira fez uma síntese do que estaria sendo feito quanto ao processo de
108 Reestruturação Organizacional do INSS, que prevê um conjunto de mudanças, inclusive
109 envolvendo as gerências regionais e das prioridades solicitadas pelo Ministro Luiz Marinho
110 quanto a Reestruturação Organizacional do INSS. **Aprovação da Ata da 134ª Reunião**
111 **Ordinária do CNPS** – A referida ata foi submetida para apreciação e aprovação, a qual foi
112 aprovada com ressalvas feitas pelo próprio Presidente em relação à imperfeição do texto
113 quanto ao “Programa Viagem Mais”, que solicitou que fosse retificado “seis meses e dois
114 meses” para “seis a doze meses”.

115 IV – ORDEM DO DIA

116
117
118 1 – Projeto de Cadastramento do Seguro Especial – Apresentação: Eduardo Basso – Chefe
119 da Assessoria de Cadastros Corporativos, da Secretaria Executiva do MPS.

120
121 2- Evolução da Proteção Social e Impacto sobre a Pobreza – Apresentação: Luiz Henrique
122 da Silva de Paiva – Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários da SPS/MPS.

123
124 O Sr. Presidente solicitou fazer a inversão das apresentações previstas na pauta dada à
125 impossibilidade da presença do Conselheiro Evandro José Morello no momento, o mesmo só
126 poderia estar presente às 11:30 horas. Em seguida convidou o Sr. Luiz Henrique da Silva de
127 Paiva para fazer a sua apresentação sobre a Evolução da Proteção Social e Impacto sobre a
128 Pobreza. O Sr. Luiz Henrique apresentou o tema colocando a Evolução da Proteção Social e
129 Impacto sobre a Pobreza no período de 1992 a 2005 e que os referidos dados foram
130 fornecidos pela PNAD. Discorreu sobre os Indicadores de Cobertura Social (Previdência e
131 Assistência Social no Brasil); Proteção Social entre a População Ocupada com idade de 16 a
132 59 anos no Brasil e que a mesma é composta de 79 (setenta e nove) milhões de pessoas;
133 Proteção Previdenciária para a população ocupada entre 16 a 59 anos; Perfil da População
134 Ocupada Desprotegida e com Capacidade Contributiva – Pessoas com idade de 16 a 59

135 anos; Proporção dos Trabalhadores Ocupados e Desprotegidos com Capacidade
136 Contributiva; Proporção de Trabalhadores Ocupados e Desprotegidos com Capacidade
137 Contributiva – 2005; Proteção Social entre os Idosos, pessoas com 60 anos ou mais de
138 idade no Brasil; Proteção Previdenciária para a População Idosa no Brasil; Evolução da
139 Cobertura Social entre os Idosos -1992 – 2005. Impactos dos Mecanismos de Proteção
140 Social; Previdência e Assistência Social sobre a Pobreza no Brasil; Percentual de Pobres no
141 Brasil com e sem Transferência Previdenciárias 1992 a 2005; Percentual de Pobres no
142 Brasil, por idade, com e sem Transferência Previdenciárias no ano de 2005, incluindo a Área
143 Rural da Região Norte. Todos os subitens do tema foram explicitados com clareza e
144 subjetividade pelo expositor. Após a apresentação foram feitos vários questionamentos pelos
145 Conselheiros, para os quais o Sr. Luiz Henrique prestou os devidos esclarecimentos. O Sr.
146 Presidente agradeceu ao Sr. Luiz Henrique pela contribuição dada ao Conselho, colocando a
147 importância do Sistema Previdenciário na Proteção dos Trabalhadores e com certeza isto é
148 um fator de tranquilidade para uma massa considerável de brasileiro, é exatamente o que os
149 números apresentados no estudo demonstraram, por este motivo faz-se necessário pensar
150 na manutenção da Previdência Social Pública. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr.
151 Presidente solicita ao Sr. Eduardo Basso que faça a sua apresentação sobre o segundo
152 tema do dia, Projeto de Cadastramento do Seguro Especial. O Sr. Eduardo Basso iniciou a
153 sua apresentação fazendo a justificativa sobre o surgimento trabalho “in loco”, colocando que
154 o mesmo surgiu em dezembro do ano de 2006 através de uma Portaria elaborada pelo
155 Grupo de Trabalho, com a finalidade de estudar como seria feito o Cadastramento do
156 Segurado Especial. A partir do estudo feito foi detectada a existência de 6.583 (seis mil,
157 quinhentos e oitenta e três) de Segurados Especiais. A seguir colocou os objetivos previstos
158 pelo Grupo de Trabalho para a execução do referido Programa, apresentando as
159 Características principais e as vantagens; Atividades Desenvolvidas; Modelagem de
160 Processos; Proposta de Implantação; Próximos Passos (acompanhamento do projeto,
161 celebração dos convênios, apresentação dos resultados do GT para CONTAG e CNPS,
162 apresentação do protótipo do sistema) e a Equipe envolvida. Apresentou a Minuta de
163 celebração dos convênios encaminhada para os órgãos (INCRA, Secretaria da Pesca)
164 interessados na parceria para a execução do Programa de Cadastramento do Segurado
165 Especial; informou que a FUNAI não possui cadastro atualizado dos índios e a mesma
166 demonstrou interesse em firmar convênio. Concluiu a sua apresentação ressaltando que em
167 novembro de 2007, estaria fazendo uma nova apresentação para este Conselho e para a
168 Previdência Social sobre o Protótipo do Sistema. Após a apresentação, o Sr. Presidente
169 comentou sobre o cadastramento rural e que o mesmo era uma reivindicação antiga da
170 categoria e uma preocupação do Ministério da Previdência e do INSS em razão da
171 sistemática do reconhecimento dos Trabalhadores Rurais. A Conselheira Alessandra da
172 Costa Lunas teceu comentários favoráveis ao tema apresentado, colocando que o mesmo
173 trará benefícios positivos, tanto para o Segurado Especial que busca os seus direitos quanto
174 para o servidor público que faz o atendimento, uma vez que ele terá segurança com a
175 informação recebida referente ao requerente do benefício, visto que o Programa estará bem
176 estruturado possibilitando agilidade no atendimento. O Sr. Presidente fez uma abordagem
177 sobre o trabalhador diarista e sobre o Projeto de Lei que está em tramitação, pelo o qual
178 prevê a situação do referido trabalhador, colocando ainda que há tempos atrás a Previdência
179 Social sentia-se refém deste trabalhador devido à falta de comprovação do vínculo
180 empregatício, mas que a partir da instituição do GEFIP, essa situação foi modificada porque
181 mensalmente são recolhidas todas as declarações de todos os trabalhadores, não só dos
182 trabalhadores empregados, como também dos trabalhadores contribuintes individuais, mas
183 em se tratando do trabalhador diarista, ainda há necessidade de estudar e trabalhar a
184 posição do referido trabalhador. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Conselheiro João
185 Cândido, que cumprimentou a iniciativa de concretizar o Programa de Cadastramento do
186 Segurado Especial, fazendo indagações a respeito do parceiro na integração em Vilas
187 Rurais, da Declaração Anual de Vendas e porque motivo a CNA não estava envolvido no
188 referido Projeto e que a mesma não poderia estar fora desta parceria devido a ela deter no
189 seu sistema trabalhadores rurais e segurados especiais. O Sr. Presidente solicitou que o Sr.

190 Eduardo Basso fizesse os devidos esclarecimentos aos questionamentos feitos pelos
191 conselheiros, os quais foram feitos com a devida clareza. Ainda em relação aos
192 questionamentos do conselheiro João Cândido, o Sr. Presidente esclareceu quanto à
193 participação da CNA no Projeto de Cadastramento do Segurado Especial, enfatizando
194 contundentemente que o mesmo é fruto de estudo de muitos e muitos anos, e que a CNA
195 havia participado por diversas vezes das reuniões iniciais, e no momento em que os estudos
196 foram retomados a mesma demonstrou interesse em participar, mas havia ficado apenas na
197 intenção, devido a nunca ter encontrada data apropriada por parte da CNA para um
198 encontro, e que este Conselho estará à disposição da CNA para que a mesma dê a sua
199 contribuição no Projeto em estudo. Foram feitas várias considerações favoráveis ao Projeto
200 apresentado pelo Sr. Eduardo Basso, no qual ele colocou ainda, que não havia sido possível
201 fazer um detalhamento do Programa devido à escassez do tempo, mas que as indagações
202 feitas pelos conselheiros estavam previstas no Programa “in loco”. O Sr. Presidente
203 agradeceu a contribuição dada pelo Sr. Eduardo Basso.
204

205 **V – OUTROS ASSUNTOS**

206

207 A Conselheira Josepha Theotônia solicitou esclarecimentos quanto ao Crédito Consignado
208 e que o mesmo estava previsto na pauta desta reunião e havia sido retirado, bem como o
209 cancelamento da reunião do grupo de trabalho que estava agendada para o dia 28/08/2007.
210 O Sr. Presidente prestou os devidos esclarecimentos à Conselheira colocando que no curso
211 deste ano ainda, o Ministério do Turismo estaria neste Conselho para prestar informações
212 esclarecedoras sobre o “Programa Viagem Mais”, o mesmo já vinha sendo divulgado na
213 mídia. Quanto à reunião do grupo de trabalho, a mesma havia sido cancelada pela
214 impossibilidade do Ministro Luiz Marinho estar participando em razão de agenda e o mesmo
215 fazia questão de estar presente na referida reunião, objetivando tomar conhecimento
216 referente ao Crédito Consignado, portanto o referido assunto foi retirado de pauta, mas que
217 o tema não havia sido descartado e sim adiado. O conselheiro Nilson Santos Bahia colocou
218 das queixas recebidas dos aposentados e pensionistas em relação ao atendimento bancário
219 em Salvador, solicitando a colaboração deste Conselho quanto a este fato que vem
220 ocorrendo com as agências bancárias. O Sr. Presidente colocou que seria interessante
221 verificar o Banco em que o atendimento não está sendo adequado para os aposentados a
222 fim de que possam ser tomadas as devidas providências. O conselheiro Jorge Higashino
223 colocou sobre a necessidade da participação das Instituições Financeiras na constituição
224 dos Conselhos da Previdência Social, enfocando a sua proposta já feita a este Conselho,
225 em que as atuações do CPS fossem Estaduais objetivando que cada unidade de Estado
226 tivesse o seu próprio CPS para bem administrar todo o processo de atendimento no Estado,
227 mas faz-se necessário ainda a representação desse Conselho a fim de que se possa ouvir,
228 avaliar e atender as reivindicações que são feitas referentes ao atendimento bancário,
229 evitando assim episódio ocorrido na Delegacia de Maceió, já relatado que todo o sistema
230 apresentava problemas, e após verificação constatou-se que apenas um banco estava com
231 problemas de atendimento adequado aos aposentados. O Sr. Presidente colocou que os
232 registros foram feitos e que estaria verificando o que o Estatuto prevê em relação aos
233 assuntos apresentados pelos conselheiros. Definição da Pauta da 136ª Reunião Ordinária, a
234 ser realizada em 26/09/2007. O Sr. Presidente colocou que seria interessante e necessário
235 trazer como tema informações de dados comparativos entre os diversos índices de
236 reajustamentos, já que os mesmos são assuntos recorrentes no Conselho e sempre há
237 reclamações dos Representantes dos Aposentados a respeito dessa temática. O outro
238 assunto sugerido para constar em pauta seria sobre as questões relacionadas às Pensões.
239 Possivelmente existirão outros assuntos a serem abordados, mas que dependerá da
240 confirmação dos apresentadores. A conselheira Josepha Theotônia sugeriu constar em
241 pauta sobre o “Empréstimo Consignado” e “Conselhos Regionais”. O Conselheiro Luiz
242 Antonio Adriano da Silva solicitou a palavra e colocou não ser intenção da Força Sindical e
243 nem do Sindicato Nacional dos Aposentados monopolizar a representação dos aposentados
244 em todo o país, mas é de extrema necessidade que este Conselho faça um

245 acompanhamento quanto ao funcionamento dos Conselhos Regionais, mas para isso é
246 necessário que o tema Conselho seja incluído na pauta de reunião objetivando ter um
247 espelho que mostre com clareza as dificuldades enfrentadas, os sucessos alcançados pelos
248 Conselhos Regionais.

249

250 **VI – ENCERRAMENTO**

251 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-
252 lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 135ª Reunião Ordinária do
253 Conselho Nacional de Previdência Social. Para constar, eu,
254 _____, lavrei a presente Ata. Brasília, 29 de agosto de 2007.